



LUTA DOS SERVIDORES DO MS CONTINUA

Com o objetivo de estimular os servidores do Ministério da Saúde a prosseguir na luta pela revisão das tabelas e implantação da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), o SINTFESP realizou, no dia 26 de agosto, assembleia específica no auditório do ex-Inamps. Na ocasião, foram discutidas as estratégias de negociações da CPST com o Governo Federal para 2011, além das temáticas que constarão no documento que será entregue pela CNTSS à equipe do próximo/a presidente/a eleito/a, visando reestabelecer o processo negocial interrompido pelas eleições.

Durante a Assembleia, a diretora de Organização e Política Sindical, Terezinha Aguiar, comentou sobre a formação da comissão especial encarregada de elaborar uma proposta de carreiras para o Sistema Único de Saúde (SUS), com prioridade aos médicos, cirurgiões-dentistas e enfermeiros criada pelo governo federal, por meio do Ministério da Saúde, em julho. “Isso é um absurdo. Não aceitamos a instituição de um GT que discutirá somente estas carreiras, excluindo as demais do nível superior. O Ministro Temporão editou uma portaria e declarou que em 90 dias uma proposta aberta às demais categorias seria aprovada, mas não especificou o nível mais uma vez”, afirma.

Além disso, a Diretoria do sindicato alertou seus filiados sobre outra proposta do governo que usa a Gratificação de Qualificação, com condicionantes, como política salarial somente aos servidores do nível intermediário. Isso significa que só será considerado qualificado o servidor que tenha realizado curso com as atribuições do cargo efetivo



com, no mínimo 180 horas/aula e que esteja de acordo com o Plano de Capacitação de cada órgão da Carreira. “Não vamos permitir que uma gratificação divida a categoria. Queremos equidade, tratamento igual para todos. Não admitimos benefícios para um só nível, por isso, precisamos manter nossa chama acesa e lutar pelos nossos direitos”, declarou Terezinha.

Conforme solicitação dos próprios filiados, a Diretoria do SINTFESP se comprometeu a realizar mais uma reunião para informar os servidores sobre a posição dos encaminhamentos discutidos durante a assembleia, além de organizar uma nova agenda com a presença da Assessoria Jurídica do Sindicato para prestar maiores esclarecimentos, aos filiados da entidade, sobre temas de interesse da categoria como 28,86%, Mandado de Injunção nº 880, GDAST, Assédio Moral, dentre outros.

Lula aprova jornada de 30 horas para assistente social

No último dia 26, os assistentes sociais de todo o Brasil comemoraram uma grande conquista: a sanção presidencial do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 152/08 transformado na Lei 12.317. O PLC, que é de autoria do deputado federal Mauro Nazif (RO), limita a jornada dos servidores da categoria em 30 horas semanais, sem redução de salário, e reforça a luta de toda classe trabalhadora por melhores condições de trabalho.

A reivindicação já é antiga e comum também a outras sete categorias profissionais que possuem projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, entre elas a da enfermagem que já teve redução de jornada aprovada em 1998, porém vetada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a pedido de proprietários de hospitais.

A proposta foi aprovada no entendimento de que os assistentes sociais, assim como os médicos e enfermeiros, são os que apresentam um dos mais altos índices de estresse no país. Com a decisão, o Brasil adequa-se à realidade da maior parte dos países desenvolvidos que já atendem à sugestão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de limitar em 30 horas a duração do trabalho dos profissionais da saúde.

Conversão do Código 28 para 95 cessa prejuízos à servidores do INSS

No dia 3 de setembro, o diretor de Recursos Humanos do INSS, José Nunes, anunciou que foi determinada a alteração do Código 28 (falta injustificada ao trabalho) para o Código 95 (participação em greve) no ponto de todos os servidores do INSS que participaram da greve de 2009. Segundo o diretor, foi emitido um comunicado às unidades de RH das superintendências regionais, no dia 30 de agosto, autorizando a transformação do código.

A diretora de Organização e Política Sindical do SINTFESP e vice presidente da CNTSS/CUT, Terezinha Aguiar, afirma que mesmo sem a devolução do desconto dos dias paralisados, a conversão do Código 28 para 95 já é motivo de comemoração. “As consequências do Código 28 interferem diretamente no processo de aposentadoria, por isso, a alteração, mesmo sem reposição salarial, já é uma conquista ao excluir do dossiê do servidor a falta injustificada”, declara.

A mudança foi determinada pelos Ministérios da Previdência e Assistência Social (MPAS) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), após inúmeras rodadas de negociação entre as entidades sindicais e o governo federal.

Projetos de lei excludentes tramitam na Câmara

Dois projetos de lei prejudiciais aos servidores das áreas de regulação e fiscalização, principalmente, estão em tramitação na Câmara dos Deputados. Além de congelar os salários, as propostas dificultam a aprovação de novos planos de carreira e comprometem a contratação de novos servidores públicos.

Um deles (PLP 01/07), modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de limitar a despesa com pessoal e encargos sociais nos três Poderes da União no período entre 2007 e 2016. Segundo a proposta, somente será admitida a correção dos valores pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), verificado no período de 12 meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de 1,5%. O outro projeto (PLP 549/09) também limita o aumento da despesa com pessoal, porém no período entre 2010 e 2019, à reposição da inflação e mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB.

Em ambos, o órgão que exceder os novos limites, seja com reestruturação, contratação ou mesmo com a nova despesa com previdência complementar, ficará impedido de criar cargos; alterar a estrutura de carreira; fazer provimento de cargo público; conceder vantagens de remuneração, e ainda, contratar hora extra.

INSS cria GT em favor da qualidade de vida do servidor

Foi constituído neste ano, conforme a portaria nº 36/INS/DRH de 22 de abril de 2010, o Grupo de Trabalho “Qualidade Estruturante do Trabalho e Resultados” com o objetivo de propor ações para a disseminação da política de qualidade de vida, saúde e auto-estima do servidor. O GT sugere ações referentes à temas de interesse dos servidores como Exame Médico Periódico (EMP), GDASS, preparação para a aposentadoria, gestão de recursos, capacitação, dentre outros que serão realizados a curto, médio e longo prazo.

Dentre as ações de curto prazo, que estão previstas para acontecerem até o fim deste mês, estão a realização de workshops e seminários com informações sobre os direitos e deveres do servidor, esclarecimento dos assuntos ligados à aposentadoria por meio do Intraprev, inclusão de servidores com deficiência em todas as atividades desenvolvidas no INSS, promoção de atividades de integração e humanização que otimizem o clima organizacional, etc.

Além destas ações, o GT propõe também o cumprimento do art. 25 § 1º e 2º da IN nº 38, que se refere ao acompanhamento mensal do desempenho do servidor; a realização de concursos para todos os níveis, com contratação imediata; a estruturação e garantia da efetiva atuação do SQVS nas Gerências Executivas; a criação da Comissão de Saúde do Trabalhador (COMSAT), por local de trabalho; e a aplicação, em sua integralidade, da Norma Regulamentadora 17 que visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores.